

SOLARGRID HOLDING S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2024

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidadas

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidadas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas

Notas explicativas às Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Diretores e Quotistas da
Solargrid Holding S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Solargrid Holding S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Solargrid Holding S.A. Em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações, inclusive as divulgações e se as Demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 04 de agosto de 2025.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/F

A handwritten signature in blue ink, reading 'Rafael Favacho', is written over the printed name.

Rafael Favacho Pereira da Silva
Contador CRC 1 RJ 106634/0-3

SOLARGRID HOLDING S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.232	2.726	10.212.974	2.335.033
Contas a receber de clientes	6	-	-	29.867.295	22.792.353
Créditos tributários	7	45.318	37.457	18.662.321	13.481.075
Contas correntes empregados		-	-	-	1.000
Estoques	8	-	-	30.259.388	18.987.684
Adiantamento a fornecedores	9	2.895	2.895	6.697.615	2.895
Despesas antecipadas		33.500	-	305.904	-
Instrumentos derivativos		74.403	-	432.395	-
Outras contas a receber		-	-	303.171	303.171
		158.348	43.078	96.741.063	57.903.211
Não circulante					
Despesas antecipadas		-	41.919	-	91.186
Partes relacionadas	10	24.986.022	5.397.222	64.125.619	16.367.169
Direitos a receber		-	-	19.259	-
Imobilizado	11	4.733.787	-	1.848.294	9.095.561
Intangível	11	-	-	9.201	23.388
Investimentos em sociedades controladas	12	24.986.022	9.192.425	-	-
		29.719.809	14.631.566	66.002.373	25.577.304
Total do ativo		29.878.157	14.674.644	162.743.436	83.480.515

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Balanço patrimonial Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

Passivo e patrimônio líquido					
	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Circulante					
Fornecedores	13	37.240	44.368	28.864.158	14.751.289
Impostos a recolher	14	6	67	4.771.043	4.350.255
Salários e contribuições e previdenciárias		-	-	1.859.809	1.040.353
Provisões trabalhistas		-	-	-	498.484
Empréstimos e financiamentos	15	5.739.485	4.883.822	17.902.782	26.424.440
Provisão para perdas de investimentos		-	12.399	-	12.399
Provisão para contingências		-	-	14.465	-
Instrumento derivativo - Hedge		-	78.955	-	78.955
Adiantamento de Clientes	16	7	7	43.319.662	26.746.753
Outras contas a pagar		-	-	-	13.593
		5.776.738	5.019.617	96.731.919	73.916.520
Não circulante					
Partes relacionadas	10	19.667.067	4.216.907	61.577.164	4.126.338
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	-	-
		19.667.067	4.216.907	61.577.164	4.126.338
Patrimônio líquido	17				
Capital social		10.178.220	10.178.220	10.178.220	10.178.220
Capital social a integralizar		-	(100.000)	-	(100.000)
Prejuízos acumulados		(5.643.868)	(4.640.100)	(5.643.868)	(4.640.100)
		4.434.352	5.438.120	4.434.352	5.438.120
Patrimônio dos acionistas minoritários		-	-	-	(463)
Total do passivo e patrimônio líquido		29.878.157	14.674.644	162.743.436	83.480.515

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	18	-	-	90.226.024	134.931.623
Custo de vendas e serviços	19	(48.619)	-	(86.112.068)	(123.103.681)
(Prejuízo) Lucro bruto		(48.619)	-	4.113.955	11.827.942
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras despesas operacionais		(13.141)	(102.020)	(1.387.313)	(7.212.516)
Despesa pessoal		-	-	(2.517.666)	-
Despesas comerciais	20	-	-	-	(30.242)
Despesas tributárias	20	(2.631)	(4.896)	(456.972)	(137.808)
Despesas depreciações	20	-	-	-	(263.767)
Despesas patrimoniais		-	-	6.000	-
Outras receitas não operacionais		-	-	383.010	-
Outras despesas não operacionais		-	-	(95.298)	-
Outras receitas operacionais		-	-	97.241	374.679
Equivalência patrimonial		58.665	(1.193.918)	-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras, líquida e impostos		(5.726)	(1.300.834)	142.957	4.558.288
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	21	(835.793)	(1.559.867)	(4.250.750)	(5.581.724)
Receitas financeiras	21	82.463	587.004	3.364.770	777.891
Resultado financeiro líquido		(753.330)	(972.863)	(885.981)	(4.803.833)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	22	(759.055)	(2.273.697)	(743.024)	(245.545)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(16.031)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	-	(2.028.273)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	-	120
Prejuízo líquido do exercício		(759.055)	(2.273.697)	(759.055)	(2.273.697)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	Controladora		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício	(759.055)	(2.273.697)	(759.055)	(2.273.697)
Total do resultado abrangente do exercício	(759.055)	(2.273.697)	(759.055)	(2.273.697)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

	Capital social	Ajuste de exercícios anteriores	Resultados Acumul.	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10.178.220	(100.000)	(4.640.100)	5.438.120
Capital social	-	100.000	-	100.000
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(759.055)	(759.055)
Ajustes do exercício anterior	-	-	(344.713)	(344.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10.078.220	-	(759.055)	4.434.352

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

SOLARGRID HOLDING S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Valores expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(759.055)	(2.273.698)	(759.055)	(2.273.698)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa				
Resultados minoritários	-	-	-	-
Depreciação	-	-	252.369	263.767
Provisão de juros empréstimos	252.347	765.306	1.573.802	4.671.282
Variação cambial Hedge	(153.358)	407.060	(511.350)	407.060
Variação cambial	-	(100.945)	-	(100.945)
Ajuste do exercício anterior	(344.713)	-	(344.713)	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	16.031	-
Perda/Ganho de equivalência patrimonial	(58.665)	1.193.919	-	-
	(1.068.444)	(8.358)	227.085	2.967.466
Aumento líquido nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(7.074.942)	26.313.029
Estoques	-	-	(11.271.704)	(13.946.764)
Tributos a recuperar	(7.861)	(7)	(5.181.246)	(3.023.775)
Adiantamentos e importações em andamento	-	(676)	(6.694.720)	19.925.858
Despesas antecipadas	8.419	(41.919)	(214.718)	(52.541)
Parte relacionadas (líquido)	-	5.504.180	-	(9.588.157)
Fornecedores	(7.128)	-	14.112.869	2.791.581
Contas a pagar	-	44.267	(13.593)	(450.683)
Obrigações fiscais	(61)	67	404.757	1.433.214
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	320.972	518.290
Adiantamento de clientes	-	-	16.572.909	9.767.110
Outras contas a receber	-	-	-	422.183
Provisão para contingências	-	-	14.465	-
Outros	-	-	(18.259)	158.750
	(6.631)	5.505.912	956.790	34.268.095
Gerado pelas operações				
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades operacionais	(1.070.075)	5.497.554	1.183.875	37.235.561
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Investimento em controladas	4.517.303	-	-	-
Devolução de aporte em investidas	(19.588.800)	(6.790.734)	(47.758.450)	(6.790.734)
Provisão para perda de investimento	(12.399)	-	(12.399)	-
Aquisição de imobilizado	-	-	7.009.085	(5.830.818)
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de investimento	(15.083.869)	(6.155.796)	(40.761.764)	(12.621.552)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos obtidos	603.317	9.008.904	(10.095.459)	(10.263.727)
Pagamentos de empréstimos - Principal	-	(7.125.882)	-	(7.125.882)
Pagamentos de empréstimos - Juros	-	(693.266)	-	(5.481.124)
Liquidação de derivativo	-	100.944	-	100.944
Capital a integralizar	100.000	-	100.000	-
Partes relacionadas	15.450.160	-	57.450.826	-
Caixa líquido gerado proveniente das atividades de financiamento	16.153.477	1.290.700	47.455.367	(22.769.789)
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(494)	(2.481)	7.877.478	(1.844.219)
Disponibilidades				
Transações sem efeitos de caixa	-	-	(463)	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.726	5.207	2.335.033	490.814
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.232	2.726	10.212.974	2.335.033
(Diminuição)/Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	(494)	(2.481)	7.877.478	1.844.219

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Fábio Baldez Machado Gomes
Diretor Presidente

Michele Camila Pereira de Oliveira
Contador – CRC RJ 114177/O-8

1. Contexto operacional

A Solargrid Holding S.A. é uma Companhia brasileira que tem por objetivo a participação em outras Companhias, nacionais e estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista. Possui a sede e foro localizada na Cidades do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, na General Rabelo, 43, Gávea.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração e foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), a qual teve alterados os seus dispositivos pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que têm, entre outras responsabilidades, o direcionamento para convergência contábil com as práticas internacionais de contabilidade (IFRS).

A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 04 de agosto de 2025.

2.1.1. Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Empresa em continuar operando normalmente e possuir recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio.

2.1.2. Moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para o Milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.3. Base de consolidação

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as Companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidencia de perda por redução ao valor recuperável

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações da Companhia e suas controladas a seguir relacionados:

	2024	2023
Solargrid Energia Solar Comercio e Serviços Ltda	99,99%	99,99%

2.1.4. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

a. Ativos financeiros

Instrumentos financeiros incluem caixa e equivalente de caixa, outras contas a pagar e transações com partes relacionadas.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com a NBC TG 48 (IFRS 09) - Instrumentos financeiros, adotados pela Empresa, conforme deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são efetuados quando a Empresa se torna parte de disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos a valor justo acrescidos, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Empresa classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- Custo amortizado: quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disto, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- Valor Justo por meio do Resultado (VJR): quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Empresa gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem com os resultados de suas flutuações no valor justo.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados ao:

- Valor justo por meio de resultado: quando classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são mensurados ao valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício;
- Custo amortizado: passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido, desde que não seja um item mensurado ao valor justo por meio de resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

b. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas e apropriadas ao resultado pelo regime de competência de exercícios.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Nesta rubrica, estão registrados os saldos do fundo fixo, banco conta movimento com alta liquidez e estão registradas ao seu valor de mercado.

Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

d. Imobilizado

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 9 e leva em consideração o tempo estimado de vida útil econômica dos bens, revisada anualmente, e ajustada de forma prospectiva, quando aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Os gastos incorridos com os projetos em desenvolvimentos são capitalizados quando resultam em aumento da capacidade ou da vida útil econômica do ativo, enquanto os demais são registrados diretamente no resultado.

e. Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de sistema gerador e bônus contratuais. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

f. Estoque

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

g. Ativos fiscais correntes e não correntes

Correspondem aos impostos a recuperar ou a compensar originados no decurso normal das atividades da Empresa. São apresentados líquidos das perdas estimadas de créditos tributários.

h. Contas a pagar

Os saldos a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de terceiros no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, os saldos a pagar são apresentados como passivo não circulante.

i. Provisões

São reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados, e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

j. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela correção monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

Os custos de empréstimos diretamente relacionados com os projetos em desenvolvimentos e construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluídos para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

k. Provisões para contingências

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões para contingências passivas, são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Empresa e seus assessores jurídicos.

l. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos correntes

Os impostos sobre a rendasão reconhecidos na demonstração do resultado, calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação dosprejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

m. Reconhecimento da receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. As principais fontes de receita são descritas a seguir:

Receita de venda

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- Empresa transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- A Empresa não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

n. Receita de serviços

A receita de serviços é apropriada quando os serviços prestados são formalmente reconhecidos e aprovados pelos clientes e a garantia de recebimento é razoavelmente assegurada;

o. Juros (receita financeira)

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Empresa e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

p. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

Receitas (despesas) financeiras

As receitas (despesas) financeiras são reconhecidas “*pro rata die*” com base no método da taxa de juros efetiva.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo:

Provisão para contingências

A Administração da Empresa, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações de natureza trabalhistas, cível e fiscais.

q. Demonstrações dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC. Reflete as modificações no caixa, que ocorreram nos exercícios apresentados, utilizando-se do método indireto.

3. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). Em tempo, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

- Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na norma IAS 1/CPC 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;
- Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

A Companhia entende que os novos pronunciamentos ou pronunciamentos revisados não impacta os seus saldos ou demonstrações financeiras.

3.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Ainda está em análise quais impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia decorrentes de novas normas ou atualizações que entrarão em vigor após o encerramento do exercício de 2024, a saber:

- IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novos.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

A Administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos e aprovados pela Administração da Empresa. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pela Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Administração, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e realizadas pela Empresa.

4.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Empresa se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Empresa.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Empresa. A alta administração da Empresa identifica, avalia e protege a Empresa contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado

A Empresa está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possuía risco de mercado em suas operações.

(b) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Empresa vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Empresa não possuía risco de exposição cambial líquida.

(c) Risco de crédito

A Empresa não possui outros saldos a receber contabilizados neste exercício. Por este fato, este risco é considerado baixo.

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Empresa.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Empresa para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Empresa, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

4.3. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- **Nível 1:** avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais;
- **Nível 2:** utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

- Nível 3: avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Banco conta movimento

Os valores contábeis dos saldos bancários aproximam de seus valores justos, apresentando possibilidade de resgate imediato.

Contas a pagar e operações com partes relacionadas

Estima-se que os valores contábeis dos contas a pagar e das operações com partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

5. Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa	-	-	2.560	2.560
Bancos	1	10	5.571	612.443
Total	1	10	8.132	615.003
Aplicações Financeiras	2.231	2.716	10.204.843	1.720.030
Total	2.231	2.716	10.204.843	1.720.030
Total	<u>2.232</u>	<u>2.726</u>	<u>10.212.974</u>	<u>2.335.033</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

6. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
	-	-	29.867.295	22.792.353
Total	-	-	29.867.295	22.792.353

Os valores registrados nessa rubrica referem-se a bônus contratuais e parcelas de obra já concluídas, que conforme determinado no CPC 17 – Contratos de construção, podem ser mensuradas com confiabilidade e já aprovadas pelo cliente, conforme cláusulas contratuais.

7. Créditos tributários

Os saldos de impostos a recuperar são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
ICMS(i)	-	-	17.089.253	12.519.448
IRRF a recuperar	-	-	10.260	10.260
INSS a recuperar	-	-	61.139	59.746
Pis a recuperar	-	-	238.070	136.993
COFINS a recuperar	-	-	1.096.358	642.545
CSLL a recuperar	-	-	28.201	-
IRRF s/ aluguel	-	-	8.260	-
ISS a compensar	-	-	8.291	-
Saldo negativo - IRPJ 2022	45.296	37.450	78.286	70.439
Saldo negativo - IRPJ 2023	-	-	8.607	-
Saldo negativo - CSLL 2023	-	-	564	-
Outros impostos a recuperar	-	-	35.011	41.636
IR s/ aplicação financeira	22	7	22	7
Total	45.318	37.457	18.662.321	13.481.075

- (i) O crédito de ICMS refere-se a aquisição de componentes do sistema gerador, os quais possuem isenção conforme Convênio ICMS 101/97.

8. Estoques

A rubrica de estoques é constituída principalmente dos saldos de Projetos em Desenvolvimento que foram gastos e que aguardam a medição do cliente para serem faturados e levados a resultado conforme abaixo:

Ativo	2024	2023
Projetos em desenvolvimento - EPC	30.259.388	18.987.684
Total	30.259.388	18.987.684

9. Adiantamento a fornecedores

Os saldos estão relacionados principalmente a valores adiantados para importação de máquinas e insumos para execução dos projetos de instalações de usinas solares fotovoltaicas.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento diversos	2.895	2.895	3.144.391	2.895
Adiantamento para aquis.sistema gerador	-	-	3.023.322	-
Payfy	-	-	559.902	-
Total	<u>2.895</u>	<u>2.895</u>	<u>6.697.615</u>	<u>2.895</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

10. Operações com partes relacionadas

10.1. Contas a receber - partes relacionadas

Os saldos abaixo são provenientes a restituição de obras de rede e outros custos desembolsados pela Companhia

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Autogeração Solar Participações	66.500	-	370.613	301.918
Autogeração Solar Holding	-	-	5.016	2.000
Autogeração Solar Icem Ltda	-	-	1.671.362	2.160.948
Autogeração Solar Bjl II Ltda	-	-	2.813.592	-
Autogeração Solar Tanabi Ltda	-	-	675.602	914.437
Autogeração Solar Werneck II Ltda	-	-	655.817	787.892
Autogeração Solar Folres II Ltda	-	-	98.874	-
Autogeração Solar Werneck IV - B Ltda	-	-	96.474	-
Autogeração Solar Werneck III-B Ltda	-	-	1.096.840	1.370.214
Autogeração Solar Morro Agudo Ltda	-	-	258.000	-
Autogeração Solar Serrana Ltda	-	-	1.614.600	-
Autogeração Solar Metropolitana Rio Ltda	-	-	11.327	-
Autogeração Solar Rj Sul Fluminense Ltda	-	-	514.991	-
Autogeração Solar Barra Mansa I - B Ltda	-	-	42.500	-
Autogeração Solar Bom Retiro Ltda	-	-	9.000	-
Autogeração Solar Bebedouro Ltda	-	-	1.428.000	33.000
Autogeração Solar Canas II Ltda	-	-	66.120	-
Autogeração Solar Vale Do Paraiba Ltda	-	-	15.500	-
Autogeração Solar Smart Paraiba do Sul	-	-	126.600	24.229
Autogeração Solar Itaqui	-	-	5.217.904	111.745
Autogeração Solar Sapucaia I - A Ltda	-	-	110.000	-
Autogeração Solar Coqueiros Sapucaia I B Ltda	-	-	242.629	-
Autogeração Solar Rio Grande Ltda	-	-	109.500	-
Autogeração Solar Rincão Dos Pattas Ltda	-	-	99.768	-
Autogeração Solar Consesul Itaqui Ltda	-	-	58.518	-
Autogeração Solar Cachoeira Paulista Ltda	-	-	88.000	-
Autogeração Solar Sapucaia IV	-	-	3.469.902	1.840.871
Autogeração Solar Caninhas	-	-	-	1.687.568
Autogeração Solar Itaqui IIA	-	-	-	1.551.344
Autogeração Solar Itaguaí	-	-	14.240	118.570
Solargrid Geração e Comercialização S.A	10.225.522	5.397.222	10.264.851	5.433.602
Solargrid Franqueadora	-	-	-	17.503
Autogeração Solar Metropolitana	-	-	-	11.327
Autogeração Solar Compartilhada Sudeste S.A	-	-	2.262	-
Autogeração Solar Sf Itabapoana Ltda	-	-	3.621.751	-
Autogeração Solar Ibia - 1 Ltda	-	-	439.051	-
Solargrid Comercialização De Energia Compartilhada	-	-	25	-
Autogeração Solar Participações Vi S.A	-	-	7.704	-
Autogeração Solar Guanambi Ltda	-	-	491.087	-
Autogeração Solar Participações Holding Vi S.A	-	-	14.107	-
Asp P6 Aq Holding Ltda	14.693.000	-	21.400.820	-
Asp P6 Std Holding Ltda	-	-	706	-
Autogeração Solar Bela Vista I	-	-	1.520.229	-
Autogeração Solar Participações Vii	1.000	-	183.289	-
Compartilhamento de custos - SGC	-	-	5.198.447	-
Solargrid Comercialização De Energia Compartilhada	-	-	25	-
Autogeração Solar Participações Vi S.A	-	-	7.704	-
Autogeração Solar Guanambi Ltda	-	-	491.087	-
Total	24.986.022	5.397.222	64.125.619	16.367.169
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	24.986.022	5.397.222	64.125.619	16.367.169

SOLARGRID HOLDIG S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

10.2. Contas a receber - partes relacionadas

Passivo	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Autogeração Solar Participações	6.671.045	4.216.907	4.126.338	4.126.338
Solargrid Autogeração	-	-	95.604	-
Autogeração Solar Icem Ltda	-	-	378.096	-
Autogeração Solar Morro Agudo Ltda	-	-	220.698	-
Autogeração Solar Werneck Ii Ltda	-	-	87.524	-
Autogeração Solar Werneck Iii A Ltda	-	-	115.025	-
Autogeração Solar Folres Ii Ltda	-	-	89.046	-
Autogeração Solar Werneck Iv - B Ltda	-	-	69.099	-
Autogeração Solar Werneck Iii - B Ltda	-	-	52.179	-
Autogeração Solar Bjl Barra Ltda	-	-	245.712	-
Autogeração Solar Fazenda Da Barra Ltda	-	-	19.859	-
Auto Geração Solar Tanabi Ltda	-	-	240.252	-
Autogeração Solar Bjl Ii	-	-	1.607.349	-
Autogeração Solar Serrana Ltda	-	-	133.307	-
Autogeração Solar Bom Retiro Ltda	-	-	45.433	-
Autogeração Solar Glicerio	-	-	300.750	-
Autogeração Solar Vale Do Paraiba	-	-	13.411	-
Autogeração Solar Canas Ii	-	-	7.166	-
Autogeração Solar Itaquí Ii A Ltda	-	-	1.999.537	-
Autogeração Solar Smart Paraiba Do Sul Ltda	-	-	21.261	-
Autogeração Solar Caninhas Ltda	-	-	14.043.363	-
Autogeração Solar Participações Ii S.A	-	-	2.622.524	-
Autogeração Solar Bela Vista Iv Ltda	-	-	26.317.384	-
Autogeração Solar Participações VI Holding S.A	1.894.240	-	1.894.240	-
SolarGrid Comércio	11.448.782	-	-	-
Autogeração Solar Mão Na Terra	-	-	4.634.299	-
Solargrid Geração e Comercialização S.A	347.000	-	-347.000	-
Total	<u>19.667.067</u>	<u>4.216.907</u>	<u>61.577.164</u>	<u>4.126.338</u>
Circulante	-	-	-	-
Não circulante	19.667.067	4.216.907	61.577.164	4.126.338

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

11. Imobilizado e intangível

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 é como segue:

2023							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Terrenos		20.000	-	-	-	-	20.000
Máquinas e equipamentos	10%	582.015	8.858	-	-	(88.363)	590.873
Computadores e periféricos	20%	666.720	10.248	-	-	(92.246)	676.968
Moveis e utensílios	10%	37.206	16.935	-	-	(6.031)	54.141
Benfeitorias	4%	251.384	-	-	-	(12.359)	251.384
Direitos de uso de software	20%	11.371	33.189	-	-	(21.172)	44.560
Usina eleva		739.857	-	-	-	(35.329)	739.857
Imobilizado em andamento		1.235.079	14.477.286	(8.715.699)	-	-	6.996.667
Total		3.543.632	14.546.516	(8.715.699)	-	(255.501)	9.374.450
Custo		3.543.632					9.374.450
Depreciação acumulada		(832.166)					(255.501)
Imobilizado líquido		3.543.632					9.118.949

2024							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	BAIXA	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Terrenos		20.000	-	-	-	-	20.000
Máquinas e equipamentos	10%	590.873	4.233		(88.874)	(24.133)	506.232
Computadores e periféricos	20%	676.968	28.628		(164.526)	(166.946)	541.070
Moveis e utensílios	10%	54.141	20.429		(6.217)	(7.786)	68.353
Benfeitorias	4%	251.384			(12.359)	4.164	239.025
Direitos de uso de software	20%	44.560	7.269		(21.172)	(21.456)	30.657
Usina eleva		739.857			(35.329)	(36.213)	704.528
Imobilizado em andamento		6.996.667		(6.996.667)			-
Total		9.374.450	60.559	(6.996.667)	(328.477)	(252.369)	2.109.865
Custo		9.374.450					2.109.864
Depreciação acumulada		(255.501)					(252.369)
Imobilizado líquido		9.118.949					1.857.495

Imobilizado em andamento

Os valores contabilizados no imobilizado em desenvolvimento correspondem aos custos de materiais, equipamentos do sistema gerador e serviços necessários para a construção das usinas fotovoltaicas.

Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Empresa avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Se identificável que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, esta perda é reconhecida no resultado do exercício. Até o momento, não há indicativos da existência de redução do valor recuperável dos ativos da Companhia.

12. Investimentos

	Saldo em 31/12/2023	Valor Patrimonial	Equivalência	Participações a realizar	Saldo em 31/12/2023
Solargrid Comércio	9.192.425	-	(303.747)	(4.181.237)	4.733.787
Investimento total					<u>4.733.787</u>

	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro (prejuízo)
Em controladas: Solargrid Comércio	99,99	139.388.748	7.200.000	4.733.787	90.226.024	58.665

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2023	2022
Aquisição de equipamentos sistema gerador	-	-	13.136.437	13.001.779
Fornecedores diversos	37.240	44.368	15.727.721	1.749.510
	<u>37.240</u>	<u>44.368</u>	<u>28.864.158</u>	<u>14.751.289</u>

14. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Pis s/ faturamento	5	1	306.698	244.299
Cofins s/ faturamento	2	1	1.607.615	1.330.027
Impostos retidos	-	66	260.024	311.903
ISS	-	-	1.332.052	1.201.328
IRPJ e CSLL	-	-	1.264.654	1.262.698
Total	<u>6</u>	<u>67</u>	<u>4.771.043</u>	<u>4.350.255</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

15. Empréstimo e financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Taxa	Controladora		Consolidado	
			31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos Bancários	R\$	16,90%	5.487.138	4.664.536	16.378.980	25.569.338
Juros			252.347	219.286	1.573.802	905.029
Gastos estruturais			-	-	(50.000)	(50.000)
Contas garantida			-	-	-	72
Instrumento financeiro						
Hedge			-	78.955	-	78.955
Total			<u>5.793.485</u>	<u>4.962.776</u>	<u>17.902.782</u>	<u>26.503.395</u>
Passivo circulante			5.793.485	4.962.776	17.902.782	26.503.395
Passivo não circulante			-	-	-	-

16. Adiantamento de clientes

O saldo da conta reflete valores recebidos de clientes referentes ao contrato de EPCE são baixados com a emissão da nota fiscal.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Adiantamento a clientes	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>43.319.662</u>	<u>26.746.753</u>
Total	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>43.319.662</u>	<u>26.746.753</u>

17. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$ 10.078.220 e está representado por 10.078.220 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal.

	Qde de ações		Capital	
	2024	2023	2024	2023
Marcos Amado Andrade	5.133.638	5.133.638	6.121.511	6.121.511
Oskar Fossati Metsavaht	2.238.825	2.238.825	2.669.720	2.669.720
Bruno Shelton Carvalho de Paoli	980.000	980.000	1.168.066	1.168.066
Diogo Zevarucha Pinheiro	100.000	100.000	118.923	118.923
Total	<u>8.452.463</u>	<u>8.452.463</u>	<u>10.078.220</u>	<u>10.078.220</u>

17.1. Resultado

A Companhia registrou prejuízo no montante de R\$ (759.055)

	Resultado do exercício	
	2024	2023
Prejuízo líquido do exercício		
(-) Prejuízo do período	(759.055)	(2.273.697)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

18. Receita Líquida operacional

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Venda do Sistema Gerador	-	-	79.773.077	111.553.106
Receita de serviços	-	-	15.126.814	38.189.992
Receita de O&M	-	-	2.924.380	-
Receita de aluguel	-	-	184.953	207.160
(-) Impostos federais	-	-	(7.613.164)	(13.870.399)
(-) Impostos municipais	-	-	(170.037)	(1.148.236)
Total	-	-	90.226.023	134.931.623

19. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Custos de mercadorias vendidas	-	-	(57.551.866)	(88.187.800)
Custos de serviços prestados	-	-	(18.335.538)	(24.676.104)
Materiais utilizados em instalações	-	-	-	(1.901)
Custo com pessoal	-	-	(6.208.198)	(5.466.750)
Veículos	-	-	-	(5.240)
Aluguéis e arrendamento	-	-	-	(27.586)
Custos gerais	-	-	-	(4.395.347)
Custo com serviços	-	-	(2.640.967)	-
Depreciação	-	-	(323.967)	-
O&M	-	-	(908.635)	(342.953)
Outros custos	(48.619)	-	(142.898)	-
Total	(48.619)	-	(86.112.069)	(123.103.681)

20. Despesas administrativas

A composição das despesas administrativas é demonstrada abaixo:

	Controladora		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Despesas comerciais	-	-	-	(30.242)
Despesas com pessoal	-	-	(2.517.665)	(2.004.304)
Aluguéis	-	-	(399.239)	(279.128)
Despesas de escritório	-	-	(648.159)	(737.341)
Utilidades e serviços	-	(58.686)	(174.593)	(443.485)
Serviços de terceiros	(13.141)	(43.333)	(3.193.443)	(3.676.566)
Viagens e representações	-	-	(249.546)	(71.693)
Taxas	(2.631)	(4.896)	(456.972)	(137.808)
Depreciação	-	-	-	(263.767)
Compartilhamento de custos	-	-	3.277.665	-
	(15.772)	(106.916)	(4.361.951)	(7.644.333)

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

21. Resultados financeiros

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	82	45	175.659	76.694
Variação cambial ativa	-	100.945	3.100.437	215.183
Variação cambial ativa Hedge	74.535	486.015	74.535	486.015
Descontos obtidos	-	-	6.293	-
Outras receitas	7.846	-	7.846	-
	<u>82.463</u>	<u>587.004</u>	<u>3.364.770</u>	<u>777.891</u>
Despesas financeiras				
Juros	(942)	-	(165.424)	(7.113)
Despesas bancárias	(11.132)	(74.372)	(98.586)	(120.529)
Variação cambial passiva	-	-	(860)	-
Variação cambial passiva hedge	-	(78.955)	-	(78.955)
Descontos concedidos	-	-	(29.059)	(7.605)
Multas	(211)	(335)	(164.869)	(16.792)
Despesas IOF	(436)	(171)	(38.985)	(38.719)
Perda de hedge	(4.187)	(640.729)	4.187	(640.729)
Juros sobre empréstimos	(818.885)	(765.306)	(3.748.780)	(4.671.282)
	<u>(835.794)</u>	<u>(1.559.867)</u>	<u>(4.250.750)</u>	<u>(5.581.724)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(753.330)</u>	<u>(972.863)</u>	<u>(885.981)</u>	<u>(4.803.833)</u>

22. Imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(759.055)	(759.055)	(14.342.239)	(14.342.239)
Reconciliação para taxa efetiva:			3.585.560	1.290.801
Adições				
Despesas de Equivalência Patrimonial	13.951.563	13.951.563	(4.666.601)	(1.679.976)
Receitas de Equivalência Patrimonial	(14.010.228)	(14.010.228)	1.350.986	486.355
Base de prejuízo fiscal	(817.720)	(817.720)	(269.945)	(97.180)
Alíquota vigente	-	-	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social -				
Receitas/Despesas	-	-	-	-
Imposto - corrente	-	-	-	-
Imposto - diferido	-	-	-	-
Impostos Líquidos	-	-	-	-
Alíquota efetiva - %	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

23. Provisões judiciais

A Companhia e sua controlada são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise dos processos em curso, classifica a expectativa de perda conforme segue:

Natureza	Número de Processos	Valor Envolvido (R\$ mil)	Provisão Constituída	Probabilidade de Perda
Trabalhista	0020284-33.2022.5.04.0871	R\$ 45.879,09	R\$ 3.329,93	Provável
Trabalhista	0020476-63.2022.5.04.0871	R\$ 34.881,67	R\$ 11.135,32	Possível

24. Instrumentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, o valor contábil dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial, contas a pagar em transações com partes relacionadas, aproximam-se de seus respectivos valores de mercado. A Companhia não contratou durante o exercício operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxa de juros.

Gestão de capital

Os objetivos da Empresa ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Empresa pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Empresa monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

(i) Política de gestão de riscos financeiros

A Empresa possui e segue a política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos desta política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos periodicamente os limites de crédito.

A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

(ii) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Empresa monitora e gerência permanentemente os níveis de endividamento de acordo com sua política interna, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

Também são revistos periodicamente os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Empresa foi estabelecida pela Administração, e nos seus termos, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa, ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

Instrumentos Financeiros Derivativos e Operações de Hedge

A Empresa adota práticas de gestão de riscos com o objetivo de proteger-se contra variações adversas nos mercados financeiros, utilizando instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para fins de hedge (proteção). Não são realizadas operações com derivativos para fins especulativos.

a) Política de Hedge

A política de gestão de riscos da Empresa prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos como hedge de fluxo de caixa e/ou hedge de valor justo, com o objetivo de mitigar os riscos associados às flutuações de taxas de juros, câmbio e preços de commodities, conforme aplicável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em Reais)

b) Classificação e Contabilização

As operações de hedge são classificadas e contabilizadas conforme o pronunciamento técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, com designação formal da relação de hedge, documentação da estratégia e efetividade da proteção.

As principais categorias de hedge utilizadas são:

- Hedge de fluxo de caixa: proteção contra variações futuras em fluxos de caixa atribuíveis a riscos específicos.
- Hedge de valor justo: proteção contra a exposição a mudanças no valor justo de ativos ou passivos reconhecidos.

c) Instrumentos Derivativos Contratados

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa mantinha os seguintes contratos de hedge:

Contratação	Vencimento	Indexador	Valor notional	Valor justo
29/11/2024	02/01/2025	USD x BRL	500.000	61.272,12
29/11/2024	02/01/2025	USD x BRL	500.000	71.717,36
30/12/2024	03/02/2025	USD x BRL	2.000.000	-10.068,75
07/11/2024	10/02/2025	EUR x BRL	20.378	4.356,44
07/11/2024	12/05/2025	EUR x BRL	1.097.364	230.715,27
				<u>357.992,44</u>

d) Efetividade do Hedge

A Empresa avalia, na data de contratação e periodicamente, se a relação de hedge atende aos critérios de efetividade exigidos. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os hedges demonstraram efetividade dentro dos parâmetros previstos pela norma, não sendo identificadas inefetividades relevantes.

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Risco de liquidez

É o risco de a Empresa não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração.

25. Seguros

Seguro D&O

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é variável de acordo com o contrato assegurado, assim como o período de vigência.

Coberturas	Importância	Prazo de Vigência
SolarGrid Holding	31/10/2025	20.000.000,00